

Mais Brasil, mais Mercosul - Entrevista a Luiz Felipe Lampreia

Álvaro de Vasconcelos

O Brasil deseja, e sente-se confiante para o fazer, ocupar um papel maior nas grandes decisões mundiais. Para isso tem de crescer economicamente e fazer crescer o Mercosul. Do sucesso de um depende o sucesso do outro. Álvaro de Vasconcelos entrevista o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia

Álvaro de Vasconcelos - É possível definir qual é a grande prioridade da política externa brasileira?

Luiz Felipe Lampreia - A grande prioridade da política externa brasileira tem de ser o desenvolvimento económico. O Brasil tem uma estrutura social e económica que ainda é marcada por grandes desigualdades, regionais e sociais e, portanto, a primeira e interactiva prioridade é superar todas as injustiças que derivam dessas desigualdades. E para isso a única resposta é o desenvolvimento económico que possa distribuir melhor a renda e permitir a ascensão social daqueles milhões de brasileiros que se encontram, há muitas gerações, e por razões históricas originais, uma das quais a escravidão, desfavorecidos de oportunidades e de condições materiais. O desenvolvimento económico é necessariamente a nossa primeira prioridade. O Brasil tem a sorte de não se encontrar numa área de conflitos e, portanto, não ter de se preocupar tão profundamente com questões de segurança, quanto outros países, outras regiões, e portanto pode ter como prioridade o desenvolvimento económico e não a manutenção da sua segurança, da sua defesa.

A.V. - O desenvolvimento e a coesão é, antes de tudo, uma prioridade da política interna. Como é que a política externa contribui para esse objectivo?

L.F.L. - O Itamaraty, que é uma instituição com quase duzentos anos, tem hoje uma boa parte das suas funções no terreno económico, comercial e de captação de investimentos. Historicamente isso não foi sempre assim. O Brasil teve no passado que se situar dentro de um contexto às vezes pouco favorável de países de língua espanhola, de regime republicano, e que se tinham separado violentamente da matriz. Durante os primeiros cem anos da nossa existência independente a prioridade principal era o relacionamento com os nossos vizinhos e a organização das nossas fronteiras. Mas essa fase esgotou-se. O barão de Rio Branco, que foi o grande artífice da delimitação pacífica das nossas fronteiras, morreu em 1912 e deixou este legado extraordinário de paz e de solução de todas as controvérsias territoriais.

A partir dessa fase, a prioridade passa a ser o desenvolvimento económico. De que maneira? Organizando as nossas relações com os nossos vizinhos – o Mercosul, antes de mais nada, é um projecto de integração económica – com os demais países sul-americanos, obviamente, com os Estados Unidos, a Europa e os nossos parceiros da Ásia (o Japão e a China).

O Itamaraty dedica-se principalmente a tarefas de natureza económica e comercial. Há muito poucos juristas puros que se ocupem de direito internacional. No entanto, a elite do Itamaraty, os melhores, funcionam na área económica, como por exemplo em Genebra, na OMC ou no Mercosul. É essa área que atrai os mais capazes, os mais promissores jovens diplomatas porque esse é o grande desafio do país.

A.V. - Dentro dessa grande prioridade, como se situam as diferentes regiões do mundo?

L.F.L. - O Mercosul é o nosso palco histórico, é a zona onde desde a independência o Brasil teve uma projecção internacional mais profunda e mais sensível, e uma presença mais constante, no passado inclusive na área militar, hoje exclusivamente na área diplomática, comercial e económica. É necessariamente o nosso primeiro círculo de relacionamento. Mas é claro que há uma importância imensa na relação com os Estados Unidos e com a Europa ocidental, que são os dois grandes do poder mundial, os Estados Unidos em particular. Aliás, não há nenhum país que se possa permitir ter uma relação desleixada com os Estados Unidos, a não ser que o país seja absolutamente irrelevante. Os Estados Unidos são um país onde há enormes oportunidades, enormes possibilidades, mas também são frequentemente um aliado difícil, às vezes positivo, às vezes prepotente, por vezes centrado na sua colocação messiânica. Os Estados Unidos têm historicamente um lado messiânico, que, por exemplo, foi muito encarnado pelo presidente Carter com quem o Brasil teve uma série de problemas agudos.

A.V. - Mas nessa altura o Brasil era diferente do Brasil de hoje, não era uma democracia. Era o Brasil que tinha problemas com o presidente Carter ou era a falta de respeito pelos direitos do Homem?

L.F.L. - Houve duas ordens de problemas com o governo Carter. Uma política e de direitos humanos, sem dúvida nenhuma. Mas houve outra de natureza económica, que era a questão da indústria nuclear brasileira. Os Estados Unidos opuseram-se muito fortemente ao nosso tratado com a Alemanha.

A.V. - Mas era só um problema económico?

L.F.L. - Não, certamente, porque viam aí um risco de proliferação nuclear.

A.V. - Para esclarecer melhor a questão dos direitos do Homem: o actual governo brasileiro aceita que a questão dos direitos do Homem não é apenas um problema interno?

L.F.L. - Sem dúvida. Hoje em dia só uma ditadura empedernida pode achar que o que se passa dentro do seu território é unicamente um problema interno. Esse é um argumento absolutamente insustentável. A questão dos direitos humanos é uma grande prioridade do governo de Fernando Henrique Cardoso, até pela razão elementar de que o próprio presidente Fernando Henrique teve na sua vida os seus direitos humanos gravemente atingidos, até de forma física. Ele tem uma grande preocupação com os direitos humanos, põe nisso uma enorme ênfase. É claro que nós também não nos furtamos a manifestar-nos sobre a situação dos direitos humanos em outros países.

A.V. - Os Estados Unidos olham para o Brasil como se fosse a França da América Latina, ou seja, um país com um desejo de autonomia e de política própria, um caso singular nas relações hemisféricas.

L.F.L. - Acho que certamente os Estados Unidos se dão conta de que o Brasil precisa ter a sua margem de autonomia. O Brasil é um dos maiores países do mundo, em território, em população, é o oitavo maior produtor e uma das dez maiores economias industriais. Claro que o Brasil tem um legítimo direito e aspiração a ver o seu destino e o mundo com olhos próprios. Acho, inclusive, que nas relações com os Estados Unidos quanto mais isso for entendido, mais se valorizará a coincidência que frequentemente ocorre, porque nós temos com os

Estados Unidos uma imensa identidade de valores políticos, morais, económicos. Como Estado, evidentemente, cada um tem a visão que a história e a geografia lhe dão. Mas como sociedade temos os mesmos parâmetros, de maneira que frequentemente coincidimos com os Estados Unidos e é muito bom que seja assim, não há problema nenhum. Valoriza essa coincidência, quanto mais autónoma for a maneira de chegar até ela.

A.V. - Os Estados Unidos aceitam o Mercosul sem nenhuma preocupação?

L.F.L. - Há alguns anos, creio que viam o Mercosul como uma etapa da integração hemisférica, que desaguaria na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O Mercosul é mais do que um projecto puramente comercial, mais do que uma zona de livre comércio, aspira ser algo parecido com a União Europeia. Tem uma lógica geográfica e histórica que permite pensar numa união não só dos mercados, mas dos Estados e eventualmente até das moedas. Não é apenas um arranjo comercial para facilitar as trocas, é mais do que isso. Creio que os americanos já compreenderam isso e, certamente, também hão-de entender que o Mercosul não tem, aliás como a União Europeia, nenhum sentido anti-americano, de confrontação nem rivalidade com os Estados Unidos, porque evidentemente esse não é o propósito.

A.V. - O Professor Hélio Jaguaribe afirmou nas páginas de "O Mundo em Português" que o Mercosul, se aderir à ALCA, dissolve-se nela e, portanto, devia dizer «não» ao projecto de integração hemisférica.

L.F.L. - A ALCA, sobre alguns aspectos comerciais, pode realmente provocar uma sobreposição com o Mercosul. Mas isso não quer dizer que a ALCA vai dar uma resposta a tudo. Por exemplo, a ALCA não pretende ser uma união aduaneira, não pretende, portanto, que todos os países do continente tenham uma postura comum vis-à-vis o resto do mundo, das tarifas de comércio internacional. Por outro lado, a ALCA não tem de ser uma integração política, militar, uma integração económica e monetária, como o Mercosul pretende. Não nego que haja alguma possibilidade de sobreposição na área comercial, que tem de ser tomada em consideração. Mas acho que isso é apenas um aspecto.

A.V. - Quer a perspectiva da concretização da ALCA, quer a questão da crise recente, não levam a pensar que o Mercosul devia dar um salto significativo do ponto de vista político, e até talvez do ponto de vista institucional?

L.F.L. - Levam a pensar que a resposta é um aprofundamento do Mercosul: mais Mercosul e não menos. Mas o facto perfeitamente patente é que nós tivemos um problema grave no ano passado com a recessão e a desvalorização brasileira, causando uma série de dificuldades. É claro que isso não foi desejado nem provocado por nós, foi um facto da vida económica. Mas teve o seu impacto negativo sobre a evolução do Mercosul. Agora o nosso desafio é voltar a fazê-lo andar e progredir. Um salto no Mercosul, hoje, consistiria, em primeiro lugar, em consolidar a união aduaneira, porque há uma série de discrepâncias na tarifa externa comum.

Vários países do Mercosul têm acordos com o México e o Brasil não tem, o Brasil tem acordos com os andinos e os outros não têm. A união aduaneira precisa de ser consolidada porque vigoram uma série de excepções que a tornam imperfeita. O Mercosul, por outro lado, hoje só trata de comércio de mercadorias. A inclusão da área de serviços, uma inclusão efectiva, seria um passo muito importante. Depois vamos de ter de caminhar também para a liberdade de circulação de pessoas. Em quarto lugar, devemos prosseguir, de uma forma prudente mas mais determinada, uma harmonização de políticas macroeconómicas com vistas a, mais adiante, procurar a moeda única, mas sabendo que não pode ser alcançada a muito curto

prazo. Em quinto lugar, devemos organizar, claramente, a nossa relação com o Chile e com a Bolívia. Devemos estudar com o Chile e com a Bolívia a melhor forma de fazê-los membros plenos do Mercosul. Integrá-los não é uma impossibilidade, é uma tarefa perfeitamente realizável, ainda que não imediatamente.

A.V. - E do ponto de vista institucional...

L.F.L. - Em matéria de soluções de controvérsias comerciais, nós temos um sistema, ao contrário do que possa parecer, muito elaborado que começou a ser posto em prática a partir do ano passado e que tem levado a uma série de juízos arbitrais. Não temos, a meu ver, necessidade de um tribunal, no Mercosul, comparável ao europeu. Tem de se ter muito cuidado para não fazer simplificações nas comparações. A União Europeia é uma referência geral, não é a verdade revelada das Tábuas. É claro que na União Europeia existe um tribunal europeu porque as circunstâncias históricas e geográficas são muito diferentes e o alcance das suas competências é muito maior do que as do Mercosul. O Mercosul, por enquanto, só existe no comércio de mercadorias, e mesmo assim parcialmente. Não pode fazer-se um tribunal que vai julgar sobre coisas que não são reguladas ao nível do Mercosul. Na área do comércio está tudo coberto pelo tribunal que existe. Não faz sentido que haja um tribunal no Mercosul para julgar temas nacionais, como o meio ambiente, a política cambial, actuação das forças armadas, direitos civis, enfim. Não se pode achar também, e é preciso ter isso claro, que o Mercosul pode ter um sistema em que haja uma completa neutralização do Brasil. O Brasil é 70% do Mercosul. O Brasil, evidentemente, não pode aceitar que os seus 70% sejam anulados.

A.V. - Como é que vê, neste momento que há uma mudança na Argentina, a sua importância na política externa do Brasil?

L.F.L. - A importância da Argentina é imensa. A Argentina é o nosso grande parceiro regional, o nosso grande sócio do Mercosul. É um país com o qual nós conseguimos fazer uma plena pacificação, no sentido mais amplo, da nossa relação, superamos contenciosos históricos, rivalidades, suspeitas, e hoje temos um quadro muito amplo de entendimento, de cooperação. Ainda recentemente aqui, em Lisboa, eu e o ministro argentino conversámos depois do Fórum Euro-Latino-Americano e tivemos uma ampla convergência de pontos de vista. Naturalmente faltam definir algumas questões, particularmente comerciais, mas o diálogo encontra-se novamente num ponto muito positivo.

A.V. - Do ponto de vista do Mercosul sente que existe Europa política?

L.F.L. - Penso que sim, porque a Europa vê o Mercosul com uma quantidade semelhante, equivalente. A organicidade da União Europeia é de certo modo espelhada na do Mercosul. Ainda que o Mercosul esteja muito menos avançado do que a União Europeia, é um conjunto de países que se articula do mesmo modo, pelo menos com os mesmos objectivos e propósitos. A Europa denota considerar o Mercosul como uma prioridade importante na relação, coisa que espelha o facto de que para numerosos dos seus membros o Mercosul é cada vez mais uma extensão do seu próprio espaço económico, de investimentos, de expansão das suas empresas, como é o caso recente das portuguesas, e o caso mais antigo das inglesas, alemãs, francesas e nórdicas.

V.C. - O presidente Chirac foi ao Brasil e propôs uma relação estratégica entre a União Europeia e o Mercosul. Mas depois, quando se negocia o chamado «nó agrícola», as questões tornam-se muito mais difíceis.

L.F.L. - A agricultura é o que potencialmente mais nos divide, porque a agricultura

do Mercosul é vista frequentemente na Europa, particularmente na França, como uma ameaça a uma certa organização económica e social. Essa postura é suficientemente forte para estar sempre presente na nossa relação e, portanto, precisa de ser encarada, discutida. Penso, no entanto, que a União Europeia não vai poder, nem acho que deseja, manter como está a política agrícola comum. E isto por vários factores, porque os polacos vêm aí, os jovens já não querem trabalhar no campo, porque não é possível consagrar tão enorme fracção do orçamento a apoios agrícolas, a um sector que engloba afinal de contas uma parte tão pequena da população

A.V. - No domínio da segurança internacional, os países do Mercosul e da União Europeia não têm convergido em questões importantes, como foi a do Kosovo.

L.F.L. - Na questão do Kosovo, não tivemos a mesma visão. No Kosovo, tratava-se para a Europa da organização política e territorial da sua periferia imediata. É natural que para nós o problema se ponha com menor acuidade. Isso não quer dizer que nós não temos uma visão comum em outras questões. Por exemplo, no caso de Timor nós tivemos, a começar com Portugal, uma visão perfeitamente articulada e sintonizada de como actuar.

A.V. - Mas no caso de Timor havia uma resolução clara das Nações Unidas.

L.F.L. - Nós somos muito legalistas e achamos que a Carta das Nações Unidas é a referência base. Somos muito legalistas porque o direito internacional é a protecção de países médios e pequenos. Isso na América Latina não é uma questão retórica. Não no caso do Brasil, mas na generalidade dos países da América Latina há uma história antiga de intervenções militares estrangeiras que formam naturalmente um pano de fundo para esse legalismo.

A.V. - Kofi Annan, na última assembleia geral das Nações Unidas, comparando as experiências do Ruanda e do Kosovo, concluiu que as Nações Unidas não estavam em condições de responder aos problemas actuais de segurança, que muitas vezes se colocam no interior de Estados membros da organização.

L.F.L. - É evidente que há um dilema ao qual não pretendo encarar de uma forma absolutamente negativa. A sociedade brasileira é uma sociedade muito democrática que não aceita o argumento que mesmo que esteja a haver um genocídio, não se pode fazer nada, em nome da soberania. Por exemplo, se no caso de Timor não tivesse havido, finalmente, uma decisão da Indonésia de se retirar, provavelmente teria-se caminhado para uma intervenção. Tenho certeza que, mesmo que tivesse havido, hipoteticamente, um veto no Conselho de Segurança, a sociedade brasileira teria aclamado a participação brasileira nesse esforço. Mas é uma questão que tem de ser bem estudada, bem resolvida. Passar uma procuração para a OTAN para que venha a ser a polícia do mundo não é também uma boa solução.

A.V. - Os europeus também não querem que a OTAN seja o polícia do mundo. É necessário reformar as Nações Unidas e alargar o seu Conselho de Segurança. O Brasil será algum dia membro permanente do Conselho de Segurança?

L.F.L. - Não é um grande objectivo. O que o Brasil deseja, naturalmente, é ocupar um papel maior nas grandes decisões mundiais, e o Conselho de Segurança é parte disso. Mas o Conselho de Segurança não se ocupa, predominantemente, de temas prioritários para a nossa política externa. Para nós seria muito mais importante participar de um arranjo que venha a ser feito para ampliar, por exemplo, o G7. Em relação ao Conselho de Segurança não estamos nas vésperas, nem de longe, de uma evolução. É um quadro político muito complexo, com grandes divergências regionais.

A.V. - Onde é que convergem as relações luso-brasileiras? Têm uma dimensão europeia, uma dimensão africana?

L.F.L. - Sobretudo na Europa, na relação do Brasil e do Mercosul com a União Europeia. Esse é o sentido principal. Agora, certamente temos uma relação com o mundo lusófono, organizado na CPLP, que também é muito importante. Por exemplo, no caso de Timor, mas que teve e tem a sua expressão também nas questões da Guiné-Bissau, de Moçambique, no conflito angolano. A relação entre Brasil e Portugal passa por um momento esplêndido, comparado com o que havia há alguns anos, não há muitos. A nossa relação era ténue do ponto de vista comercial, económico e financeiro; havia, evidentemente, o que sempre houve, o afecto, a simpatia, a comunidade de história e de sangue, mas naturalmente quando há menos interesse tem de haver mais distanciamento. Temos hoje uma relação excelente, de enorme fluidez e movimento, que passa pela extraordinária presença das empresas portuguesas. A comemoração dos 500 anos encontra-nos num momento esplêndido da nossa história comum. A criação de novos laços de interesse é uma revitalização importante. Vamos fazer uma coisa muito importante, muito bonita, vamos assinar em Porto Seguro, exactamente no dia 22 de Abril, 500 anos depois que Pedro Álvares Cabral aportou nas costas da Bahia, um novo acordo que moderniza e revitaliza todo o quadro jurídico da relação entre Brasil e Portugal.